TÍTULO I - DAS REGRAS GERAIS

CAPÍTULO I - DA SEDE E JURISDIÇÃO

Art. 1º - O Tribunal de Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal (TJD-LGF) constitui, nos termos do art. 217 da Constituição Federal, o foro organizado da Justiça Desportiva do Futsal no Estado do Rio Grande do Sul, funcionando como órgão autônomo, independente e sem personalidade jurídica, com sede e foro na cidade de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul, tendo jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul, para o exercício das competências atribuídas pela legislação vigente e pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD).

Art. 2º - O TJD-LGF tem por finalidade conhecer, processar e julgar infrações relativas à disciplina e às competições desportivas de futsal, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas diretamente filiadas ou vinculadas à LGF, ou que estejam, de alguma forma, relacionadas às atividades da liga.

CAPÍTULO II - DO FUNCIONAMENTO DO TJD

Art. 3º - Este Regimento dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do TJD-LGF, regulando a instrução e o julgamento dos processos e recursos que lhe são atribuídos pela legislação desportiva e pelo presente regimento.

Art. 4º - Submetem-se à jurisdição do TJD-LGF:

- I. A entidade regional de administração do futsal (LGF);
- II. As ligas regionais devidamente chanceladas pela LGF;
- III. As organizações desportivas de futsal filiadas ou vinculadas à LGF;
- IV. Atletas, árbitros, assistentes e demais membros de equipes de arbitragem registrados na LGF;
- V. Dirigentes, treinadores, médicos e outros integrantes das comissões técnicas vinculados às organizações mencionadas neste artigo.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA DO TJD

Seção I - Dos Órgãos Estruturais

Art. 5º - Integram a estrutura organizacional do Tribunal de Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal (TJD-LGF):

- I. O Tribunal Pleno;
- II. As Comissões Disciplinares;
- III. A Corregedoria de Justiça Desportiva.

Seção II - Do Órgão de Apoio

Art. 6º - Integra a estrutura de apoio do TJD-LGF:

- I. A Secretaria.

Seção III - Dos Órgãos Autônomos

Art. 7º - Funcionam como órgãos autônomos no TJD-LGF, vinculados à organização da Justiça Desportiva e à prestação jurisdicional:

- I. A Procuradoria de Justiça Desportiva; II. A Defensoria de Justiça Desportiva.

Título II - Do Exercício de Atribuições e Competências

Capítulo I - Dos Órgãos Estruturais

Seção I – Do Tribunal Pleno

Art. 8º - O Tribunal Pleno do TJD-LGF é composto por nove membros, denominados auditores, indicados conforme as disposições do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) e pela legislação desportiva vigente.

Art. 9º - O mandato dos auditores do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares será de quatro anos, observadas as seguintes disposições:

§ 1º - O auditor do Pleno ou da Comissão Disciplinar que cumprir mandato igual ou superior a dois anos será considerado como tendo cumprido um mandato integral, e, assim, terá direito a apenas uma recondução.

§ 2º - O auditor do Pleno ou da Comissão Disciplinar que renunciar ao mandato antes de completar dois anos será considerado como tendo cumprido um mandato integral.

§ 3º - Após o cumprimento de dois mandatos consecutivos, o auditor ficará impedido de exercer um novo mandato, mesmo que a indicação seja feita por entidades diferentes daquelas que o indicaram nos mandatos anteriores.

§ 4º - O auditor somente poderá ser indicado para um novo mandato após o cumprimento de uma quarentena mínima correspondente ao período de um mandato completo, ou seja, quatro anos.

§ 5º - O auditor do Pleno que concluir seu primeiro ou segundo mandato poderá ser indicado por até dois mandatos consecutivos para atuar em uma Comissão Disciplinar.

§ 6º - O auditor de uma Comissão Disciplinar que concluir seu primeiro ou segundo mandato poderá ser indicado por até dois mandatos consecutivos para atuar no Pleno.

Art. 10 - Compete ao Tribunal Pleno:

I - Processar e julgar, originariamente:

- a) seus auditores, os das Comissões Disciplinares do TJD-LGF e os procuradores que atuam perante o TJD-LGF;
- b) os mandados de garantia contra atos ou omissões de dirigentes ou administradores da Liga Gaúcha de Futsal (LGF);
- c) os dirigentes da LGF;
- d) a revisão de suas próprias decisões e as das Comissões Disciplinares;
- e) os pedidos de reabilitação;
- f) os pedidos de impugnação de partida, prova ou equivalente referentes a competições sob sua jurisdição;
- g) as medidas inominadas previstas no art. 119 do CBJD, quando a matéria for de competência do TJD-LGF.

II - Julgar, em grau de recurso:

- a) as decisões das Comissões Disciplinares;
- b) os atos e despachos do Presidente do TJD-LGF;
- c) as penalidades aplicadas pela LGF ou pelas entidades de prática desportiva a ela filiadas, que imponham sanções administrativas de suspensão, desfiliação ou desvinculação.

III - Declarar os impedimentos e as incompatibilidades de seus auditores e dos procuradores que atuam perante o Tribunal;

IV - Criar e extinguir Comissões Disciplinares e indicar os auditores, podendo instituí-las para funcionarem junto às ligas constituídas conforme a legislação vigente;

V - Destituir e declarar a incompatibilidade dos auditores das Comissões Disciplinares;

VI - Instaurar inquéritos;

VII - Requisitar ou solicitar informações para esclarecimento de matérias submetidas à sua apreciação;

VIII - Elaborar, aprovar e modificar o seu Regimento Interno;

IX - Declarar a vacância dos cargos de seus auditores e procuradores;

X - Eleger o Presidente e o Vice-Presidente do TJD-LGF;

XI - Expedir normas para o funcionamento da Secretaria;

XII - Julgar reclamações contra funcionários e membros da Justiça Desportiva;

XIII - Cumprir demais atribuições previstas na legislação desportiva;

Parágrafo único: As competências devem ser exercidas em conformidade com o CBJD e demais normas aplicáveis.

Seção II - Do Presidente do TJD-LGF

Art. 11 - Compete ao Presidente do TJD-LGF, além das atribuições conferidas pela legislação de regência e pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD):

I. Exercer a representação do Tribunal em todos os seus atos e solenidades, podendo delegar essa função a um dos auditores do Tribunal Pleno;

II. Zelar pelo perfeito funcionamento do Tribunal, cumprindo e fazendo cumprir suas decisões e o Regimento Interno;

III. Examinar os requisitos de admissibilidade dos recursos dirigidos ao Pleno do TJD-LGF e conceder, quando for o caso, efeito suspensivo;

IV. Apreciar e decidir pedidos de liminar e suspensão preventiva, conforme o disposto no art. 35 do CBJD;

V. Determinar, de ofício ou a requerimento da Procuradoria ou de parte interessada, a abertura de inquérito e a designação de auditores processantes;

VI. Formalizar a designação dos relatores sorteados para processos e recursos de competência do Tribunal Pleno;

VII. Convocar as sessões do Tribunal Pleno, fixando dia, hora e forma, e dirigir os trabalhos;

VIII. Notificar as entidades legitimadas para indicação de auditores em caso de vacância ou término de mandatos;

IX. Dar posse aos auditores do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares, bem como ao Procurador Geral, procuradores e demais membros auxiliares;

X. Conceder licença aos auditores, inclusive das Comissões Disciplinares, ao Procurador Geral e demais membros auxiliares;

XI. Baixar portarias e atos de gestão, ressalvadas as deliberações do Tribunal Pleno, que devem ser formalizadas por meio de Resoluções;

XII. Criar comissões especiais e designar auditores para funções específicas de interesse do Tribunal;

XIII. Solicitar à entidade de administração do desporto o custeio das despesas operacionais e de funcionamento do Tribunal, apresentando prestação de contas;

- XIV. Apresentar relatório anual das atividades do TJD-LGF, compreendendo todos os seus órgãos, até o final da primeira quinzena de março;
- XV. Determinar a restauração de autos;
- XVI. Dar publicidade às decisões proferidas pelo Tribunal;
- XVII. Examinar a regularidade formal e supervisionar a execução de atividades administrativas da Secretaria;
- XVIII. Fixar prazos para a prática de atos processuais;
- XIX. Reinquirir testemunhas, nos termos do CBJD;
- XX. Deferir ou indeferir a produção de provas e prorrogar prazos para apresentação de laudos periciais;
- XXI. Nomear defensores dativos quando necessário;
- XXII. Determinar a realização de sessões secretas, conforme previsto no CBJD;
- XXIII. Encaminhar ao Ministério Público elementos para apuração de responsabilidade criminal em caso de falsidade documental;
- XXIV. Encaminhar ao Conselho Tutelar casos de constrangimento de menores, conforme o CBJD;
- XXV. Exercer outras atividades administrativas e jurisdicionais previstas em lei e no CBJD.

Seção III - Do Vice-Presidente do TJD-LGF

Art. 12 - Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente nas ausências ou impedimentos eventuais e definitivamente quando da vacância da Presidência;
- II - organizar o controle jurisprudencial do TJD; e
- III - exercer as funções de Corregedor-Geral.

Seção IV – Dos Auditores

Art. 13 – Os Auditores, essenciais para a administração da Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal (TJD-LGF), devem, no exercício de suas funções, atuar com impessoalidade, comprometendo-se com a defesa do Estado Democrático de Direito, da cidadania, da moralidade pública, da justiça e da paz social, subordinando a atividade de seu ministério privado à elevada função pública que desempenham.

Art. 14 – Os auditores integrantes do Tribunal Pleno do TJD-LGF e das Comissões Disciplinares serão indicados na forma da legislação vigente e deste regimento, sendo nomeados pelo Presidente do TJD-LGF e empossados perante o Tribunal.

Art. 15 – Para ser nomeado auditor do Tribunal de Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal, são exigidas as seguintes condições:

- I – ser brasileiro;
- II – ter reputação ilibada e não ter sofrido punição pela Justiça Desportiva nos últimos doze meses anteriores à nomeação;
- III – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- IV – ser advogado ou pessoa com notório saber jurídico desportivo;
- V – estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos.

Parágrafo único – As disposições deste artigo aplicam-se também à nomeação de procuradores e seus substitutos.

Art. 16 – É vedado aos auditores o exercício de qualquer emprego, cargo ou função de diretoria ou de dirigente na entidade de administração do desporto (LGF), nas ligas, associações e clubes filiados à entidade de prática desportiva (LGF), exceto para membros de Conselhos Deliberativos das organizações desportivas.

Art. 17 – Não podem integrar concomitantemente o Tribunal Pleno ou uma Comissão Disciplinar, auditores e Procuradores que tenham parentesco em linha ascendente ou descendente, nem auditores que sejam cônjuges, companheiros, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tios, sobrinhos, sogros, padrastrós, enteados ou sócios de outro auditor.

Art. 18 – O auditor fica impedido de atuar no processo:

I – quando, em relação a uma das partes, existirem os vínculos de parentesco ou afinidade mencionados no artigo anterior;

II – quando for credor, devedor, avalista, fiador, patrono, sócio, acionista, empregador ou empregado, de forma direta ou indireta, de qualquer das partes;

III – quando se manifestar, de forma específica e pública, sobre o objeto da causa a ser processada ou ainda não julgada pelo órgão judicante;

IV – quando for parte no processo.

§ 1º – Os impedimentos mencionados neste artigo devem ser declarados pelo próprio auditor assim que tiver conhecimento do processo. Caso o auditor não o faça, as partes ou a Procuradoria podem argui-los na primeira oportunidade em que se manifestarem nos autos.

§ 2º – Arguido o impedimento, o Tribunal ou a Comissão Disciplinar, conforme o caso, decidirá sobre a questão por maioria de votos.

§ 3º – A execução de impedimentos, suspeições e incompatibilidades será processada conforme a legislação desportiva aplicável.

Art. 19 – Incumbe aos auditores:

I – comparecer às sessões do seu respectivo órgão judicante;

II – exercer as funções inerentes ao cargo nas condições estabelecidas na legislação desportiva e neste regimento;

III – relatar processos quando designados, redigindo o voto respectivo;

IV – discutir os processos em julgamento, proferir voto e modificá-lo, se assim desejarem;

V – comunicar à Secretaria, com antecedência, em caso de ausência futura a mais de 2 (duas) sessões subsequentes e consecutivas, a fim de que a Secretaria officie à entidade responsável pela indicação para designar um substituto.

Parágrafo único – Não poderão ser indicados como substitutos dos auditores do Pleno membros da Justiça Desportiva que já estejam em exercício.

Seção III – Dos Relatores

Art. 20 – Além das atribuições conferidas pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), regulamentos, resoluções e portarias, compete ao relator: I – ordenar e dirigir o processo; II – submeter ao órgão julgador quaisquer questões de ordem preliminares e prejudiciais de mérito; III – redigir o acórdão com a respectiva ementa, caso seu voto seja vencedor nas decisões; IV – apreciar e decidir sobre propostas de transação disciplinar; V – conceder efeito suspensivo ao recurso interposto.

Art. 21 – O relatório dos autos poderá ser feito de forma oral ou escrita, conforme critério do relator.

Art. 22 – Nas Comissões Disciplinares, o relator dos processos será sorteado por meio de rodízio, controlado pelo presidente do órgão julgante no início da sessão. Essa escolha poderá ser realizada previamente, caso a complexidade do processo assim o exija.

Art. 23 – O relator dos processos no âmbito do Tribunal Pleno do TJD-LGF será designado previamente, por meio de sorteio, conforme estabelecido pela legislação e por este regimento.

Parágrafo único – O sorteio será realizado pela Secretaria do TJD-LGF, em periodicidade e horário definidos pelo Presidente, assegurada a publicidade do ato.

Seção IV - Das Comissões Disciplinares

Art. 24 - O TJD-LGF é composto por cinco Comissões Disciplinares, que são responsáveis por atender à demanda das competições promovidas pela Liga Gaúcha de Futsal. A criação ou extinção de Comissões Disciplinares deve ser aprovada pelo Tribunal Pleno, com a presença mínima de cinco membros para abertura da sessão e decisão por maioria simples dos presentes.

Art. 25 - Cada Comissão Disciplinar é composta por cinco auditores e pode ter até dois suplentes por comissão. Todos os auditores devem possuir notório saber jurídico desportivo e reputação ilibada. É vedada a participação de auditores que façam parte do Tribunal Pleno.

§ único - Em caso de ausência de auditores suficientes para compor o quórum necessário à realização da sessão de julgamento, a substituição será feita prioritariamente pelos suplentes da respectiva Comissão Disciplinar. Caso não haja suplentes disponíveis, a substituição poderá ocorrer por auditores de outras Comissões Disciplinares. A convocação será realizada pela Secretaria do TJD-LGF, que comunicará o auditor substituto para o devido comparecimento.

Art. 26 - Os auditores das Comissões Disciplinares são escolhidos pelo Tribunal Pleno a partir de uma lista de indicações. O mandato dos auditores das Comissões Disciplinares coincidirá com o dos auditores do Pleno, conforme estabelecido no **Art. 9º** deste regimento.

Art. 27 - Os presidentes e vice-presidentes das Comissões Disciplinares são escolhidos pela maioria dos membros de cada comissão e podem ser reconduzidos uma vez.

Seção III - Da Corregedoria

Art. 28 - A Corregedoria de Justiça Desportiva é o órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa do TJD-LGF, exercida pelo Auditor Vice-Presidente do Tribunal Pleno.

Art. 29 - Compete à Corregedoria de Justiça Desportiva:

- I. Proceder à inspeção e correção permanentes junto aos órgãos da Justiça Desportiva, determinando as providências necessárias para a imediata cessação de irregularidades encontradas;
- II. Fiscalizar e inspecionar as atividades do Tribunal Pleno, das Comissões Disciplinares e da Procuradoria;
- III. Receber e processar reclamações contra auditores, procuradores, defensores, funcionários e demais colaboradores da Justiça Desportiva, instaurando, de ofício ou mediante provocação, inquéritos para apuração de infrações e remetendo os processos para julgamento no Tribunal Pleno;
- IV. Verificar e determinar providências quanto ao retardamento na tramitação de processos disciplinares desportivos;
- V. Examinar a regularidade formal das atividades executadas pela Secretaria, propondo melhorias para o fluxo dos processos e atos administrativos;
- VI. Imputar, ad referendum do Tribunal Pleno, penas disciplinares quando necessário;
- VII. Supervisionar o cumprimento dos princípios da moralidade, celeridade e transparência processual no âmbito da Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal;
- VIII. Elaborar relatórios periódicos sobre as atividades do TJD-LGF, propondo medidas para o aperfeiçoamento;
- IX. Sugerir alterações ao regimento interno com vistas a aprimorar a eficiência do tribunal;
- X. Acompanhar a implementação das providências determinadas para corrigir irregularidades e assegurar a continuidade eficaz dos processos.

Art. 30 - A Corregedoria poderá solicitar apoio material e administrativo junto à Liga Gaúcha de Futsal para o fiel cumprimento de suas atribuições, garantindo a integridade e eficácia das suas atividades de supervisão e fiscalização.

Parágrafo Único - Para a eficácia de suas determinações, os atos e instruções emitidos pela Corregedoria devem ser aprovados pelo Tribunal Pleno.

Capítulo II - Do Órgão de Apoio

Seção I - Da Secretaria do TJD

Art. 31 - A Secretaria do TJD-LGF é responsável por prestar apoio administrativo ao Tribunal Pleno, às Comissões Disciplinares e aos demais órgãos do TJD, assegurando a execução e o registro dos atos processuais e administrativos.

Art. 32 - Compete à Secretaria:

- I. Receber, registrar, protocolar e autuar os termos das denúncias e outros documentos enviados aos órgãos judicantes, encaminhando-os imediatamente ao Presidente do Tribunal para determinação procedimental;
- II. Registrar todos os atos processuais no dia de seu recebimento, verificando a competência e a classe dos processos, e providenciar sua autuação eletrônica;
- III. Convocar os auditores para as sessões designadas e providenciar os atos de citações e intimações das partes, testemunhas e outros, quando determinado;
- IV. Secretariar e lavrar as atas das sessões de julgamento;
- V. Atender a todos os expedientes dos órgãos judicantes e manter a comunicação oficial do TJD-LGF;
- VI. Elaborar o relatório anual de atividades do TJD-LGF;
- VII. Prestar informações às partes interessadas sobre o andamento dos processos;
- VIII. Manter em boa guarda o arquivo da Secretaria, incluindo livros, papéis e processos;
- IX. Expedir certidões por determinação dos Presidentes dos órgãos judicantes e a pedido de interessados;
- X. Receber, protocolar e registrar os recursos interpostos;
- XI. Divulgar, inclusive por meio eletrônico, as pautas das sessões de julgamento e as decisões do Tribunal Pleno e das Comissões Disciplinares;
- XII. Controlar a entrega de súmulas e relatórios de responsabilidade dos árbitros e representantes, encaminhando-os à Procuradoria;
- XIII. Proceder ao registro e encaminhar à Procuradoria a documentação recebida e despachada pelo Presidente do Tribunal para manifestação no prazo legal;
- XIV. Comunicar à LGF a falta de comprovação do recolhimento de penas pecuniárias pelas partes condenadas.

Capítulo III - Dos Órgãos Autônomos

Seção I - Da Procuradoria de Justiça Desportiva

Art. 33 - Compete à Procuradoria de Justiça Desportiva:

- I. Oferecer denúncias nos casos previstos na legislação desportiva, zelando pela aplicação das normas e regulamentos;
- II. Emitir pareceres nos processos em que sua intervenção for obrigatória ou necessária para a administração da justiça;
- III. Representar a justiça desportiva nas sessões de julgamento, defendendo os interesses da legalidade e da ordem desportiva;
- IV. Propor recursos e medidas judiciais cabíveis, conforme previsto em lei e no regimento interno do TJD-LGF;
- V. Editar resoluções e diretrizes normativas para o bom funcionamento da Procuradoria e a execução de suas funções.

Art. 34 - Compete ao Procurador Geral da Justiça Desportiva:

- I. Representar a Procuradoria de Justiça Desportiva perante o Tribunal Pleno, Comissões Disciplinares e demais órgãos;
- II. Indicar os membros da Procuradoria e submeter suas indicações à homologação pelo Tribunal Pleno;
- III. Supervisionar e distribuir equitativamente as atividades entre os Procuradores, garantindo a eficiência e qualidade do trabalho;

- IV. Coordenar a organização das escalas de trabalho e participação nas sessões de julgamento, de acordo com o calendário da LGF;
- V. Elaborar ou delegar a elaboração de pareceres, denúncias e outros documentos pertinentes aos processos em andamento;
- VI. Analisar pedidos de reconsideração de denúncias arquivadas e tomar as providências cabíveis;
- VII. Aprovar, revisar ou atuar na redação de pareceres e recursos, especialmente em casos complexos ou de urgência;
- VIII. Solicitar, quando necessário, apoio material e administrativo à LGF para o cumprimento das obrigações da Procuradoria;
- IX. Exercer outras atividades previstas no Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) e na legislação aplicável.
- X. Elaborar denúncias, pareceres e transações disciplinares desportivas conforme sua escala;
- XI. Comparecer ou designar Procurador às sessões do Pleno do TJD-LGF;
- XII. Analisar pedidos de reconsideração de notícias de infração disciplinar desportiva quando arquivadas parcialmente ou totalmente;

Art. 35 - Aos Procuradores da Justiça Desportiva compete:

- I. Substituir o Procurador Geral em seus impedimentos e afastamentos, quando expressamente delegados;
- II. Elaborar e oferecer denúncias de acordo com a escala estabelecida e os fatos apurados;
- III. Analisar e opinar sobre notícias de infração disciplinar desportiva, decidindo pelo arquivamento ou prosseguimento das ações;
- IV. Informar ao Procurador Geral sobre necessidades de reforço de equipe ou nomeação de novos procuradores.

Parágrafo único - Havendo mais de um Procurador, a ordem de substituição será definida pelo Procurador Geral e, na falta dessa definição, prevalecerá a ordem de antiguidade, contada a partir da posse no primeiro mandato.

Seção II - Dos Defensores e da Defensoria Dativa Desportiva

Art. 36 - A Defensoria de Justiça Desportiva é composta por defensores indicados pelo Tribunal Pleno, com a função de prestar assistência jurídica somente aos atletas menores.

§ 1º - Qualquer pessoa maior e capaz tem o direito de postular em causa própria ou ser representada por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, respeitados os impedimentos legais. As organizações esportivas, por sua vez, somente poderão ser representadas pessoalmente por seu presidente ou por advogado devidamente constituído.

§ 2º - As entidades de administração do desporto e de prática desportiva podem credenciar defensores para atuar em seu favor, de seus dirigentes, atletas e outras pessoas subordinadas, desde que não haja conflito de interesses.

Art. 37 - Compete à Defensoria Dativa Desportiva:

- I. Representar e defender os interesses dos atletas menores que se encontrem sem advogado constituído;

- II. Assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa aos representados;
- III. Comparecer às sessões de julgamento para atuar em nome dos representados, assegurando a efetividade do processo.

Título III - Do Funcionamento do TJD-LGF

Capítulo I - Das Sessões do Tribunal

Art. 38 - O TJD-LGF, enquanto órgão colegiado, funcionará, conforme sua finalidade, em sessões judicantes, administrativas ou solenes.

§ 1º - Salvo a necessidade de atendimento a medidas de urgência, as sessões do TJD-LGF serão convocadas por seu Presidente ou pelo Presidente da Comissão Disciplinar com antecedência mínima de 03 (três) dias.

§ 2º - As sessões serão públicas, podendo o respectivo Presidente, em despacho devidamente justificado, determinar que as sessões de julgamento e administrativas sejam realizadas de modo restrito.

§ 3º - As sessões serão realizadas de forma virtual, garantindo que as partes e demais envolvidos nos processos possam participar por meio da plataforma eletrônica utilizada pelo TJD-LGF.

§ 4º - A publicidade das sessões virtuais será assegurada mediante sua veiculação, no mesmo dia e horário, em mídia disponibilizada na internet para livre acesso dos interessados.

§ 5º - Se a sessão virtual for classificada como restrita, a disponibilização de que trata o parágrafo anterior não será procedida.

Art. 39 - As sessões judicantes serão convocadas para julgamento dos processos submetidos às Comissões Disciplinares e para julgamento dos processos e recursos atribuídos ao Tribunal Pleno.

Parágrafo Único - Nas sessões de julgamento, os Auditores, Procuradores e Defensores deverão vestir-se de forma formal e adequada às solenidades.

Art. 40 - As sessões administrativas serão convocadas para:

- I - escolha dos membros das Comissões Disciplinares;
- II - escolha do Procurador Geral;
- III - escolha do Defensor Geral e demais membros da Defensoria;
- IV - deliberar sobre matérias previstas no CBJD, na legislação de regência e neste Regimento que não estejam diretamente vinculadas ao julgamento dos processos submetidos ao TJD-LGF;
- V - eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões e indicação de membros suplentes das Comissões.

Art. 41 - As sessões solenes serão convocadas para:

- I - dar posse aos Auditores membros do Tribunal Pleno;
- II - celebrar acontecimentos de alta relevância, quando convocado por deliberação do Presidente do Tribunal;
- III - anualmente, para a instauração do ano judiciário desportivo;
- IV - prestar homenagens àqueles que tenham efetivamente prestado relevantes serviços à causa da justiça desportiva.

Parágrafo Único - As sessões solenes também poderão ser convocadas por indicação de qualquer um dos auditores, desde que devidamente aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 42 - Os processos submetidos ao TJD-LGF serão registrados e tramitarão em meio eletrônico, assegurando a acessibilidade, disponibilidade, publicidade e os meios necessários para garantir a ampla defesa e o devido processo legal.

§ 1º Os processos terão numeração idêntica ao número do jogo gerado pelo Sistema Gioco, adotando-se critérios que possam indicar, no caso de processos disciplinares, o Campeonato, o Jogo, o Ano e a Origem.

§ 2º O registro e distribuição dos processos observará a seguinte classificação:

I - Processo Disciplinar - Procedimento Sumário;

II - Inquérito;

III - Impugnação de Partida ou Equivalente;

IV - Mandado de Garantia;

V - Medida Inominada;

VI - Pedido de Reabilitação;

VII - Pedido de Revisão;

VIII - Pedido de Transação Disciplinar Desportiva;

IX - Notícia de Infração;

X - Processo Administrativo;

XI - Desfiliação, Suspensão ou Desvinculação;

XII - Infrações punidas com eliminação; XIII - Interpeleções.

§ 3º O acesso e visualização dos processos ocorrerá por meio de credenciamento no sistema eletrônico disponibilizado pelo TJD-LGF, acessível pela internet.

Art. 43 Formalizada a denúncia pela Procuradoria ou distribuído o processo pelo interessado, mediante registro no sistema eletrônico, o feito será encaminhado ao Presidente do TJD-LGF para despacho inicial.

§ 1º Deferido o recebimento do processo, a Secretaria providenciará a distribuição ao órgão julgador, o sorteio do Relator e a citação das partes, e, se for o caso, a intimação dos interessados, a ser realizada por comunicação eletrônica (e-mail). O endereço eletrônico utilizado para esse fim deverá ser inserido no sistema Gioco por cada parte, sendo de responsabilidade exclusiva das organizações esportivas o acesso, controle e atualização desse endereço. O TJD-LGF não terá qualquer ingerência ou responsabilidade sobre o endereço informado e registrado no sistema.

§ 2º O instrumento de citação ou intimação deverá indicar:

I - o nome do citado ou intimado e a entidade a que estiver vinculado;

II - a finalidade de sua convocação;

III - o número e a natureza do processo, assim como o link para acesso aos autos;

IV - a indicação do prazo para manifestação ou defesa;

V - se for o caso, o dia, a hora e o local de comparecimento.

§ 3º Procedida a citação, o processo terá seguimento independentemente do comparecimento do interessado, e, com o objetivo de assegurar a ampla defesa e publicidade, ficará à disposição das partes, da Procuradoria, dos auditores e dos

interessados, podendo o acesso ser restringido nas hipóteses de sigilo ou segredo de Justiça.

CAPÍTULO XIII - DA SESSÃO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 44 - As Sessões de Julgamento devem seguir as disposições do CBJD e, em todas as circunstâncias, é obrigatória a presença da Procuradoria, das partes e de seus defensores.

Art. 45 - No dia e hora marcados para a sessão de julgamento, caso haja quórum, o presidente ou seu substituto iniciará os trabalhos, colocando em julgamento o primeiro processo da pauta. Terão preferência os procedimentos especiais. Em seguida, serão julgados os processos para os quais houver pedido de preferência, desde que o registro do pedido tenha sido feito até o início da sessão.

§ 1º - Após o julgamento do primeiro processo, o Presidente da Sessão pode, independentemente dos pedidos de preferência, modificar a ordem de julgamento para melhor condução dos trabalhos.

§ 2º - Se, no horário designado para o início da sessão, não houver quórum, os presentes deverão aguardar por até 30 minutos. Se, ao final desse prazo, o número mínimo de auditores ainda não estiver presente, a pauta de julgamento será adiada para a próxima sessão do mesmo colegiado ou para outra data e hora a serem designadas pelo Presidente ou seu representante, com as partes presentes já consideradas intimadas naquele momento.

§ 3º - Na impossibilidade de comparecimento do relator anteriormente sorteado, o processo poderá ser redistribuído e julgado na mesma sessão.

Art. 46 - Ao anunciar o processo para julgamento, o Presidente da sessão dará a palavra ao Relator para que apresente o relatório do processo. Nesse momento, as partes, a Procuradoria e demais interessados devem levantar, sob pena de preclusão, eventuais questões preliminares ou prejudiciais que possam afetar o andamento do julgamento. Essas questões também podem ser suscitadas pelo Relator e pelos demais auditores.

§ 1º - As questões preliminares ou prejudiciais levantadas devem ser analisadas pelo colegiado antes de prosseguir com o julgamento. Se forem aceitas, o julgamento do mérito não será iniciado.

§ 2º - Se as questões preliminares ou prejudiciais forem relativas a pontos que possam ser corrigidos, o colegiado poderá decidir pela conversão do julgamento em diligência para sanar a questão, o que pode incluir o adiamento do julgamento.

§ 3º - Se as questões preliminares ou prejudiciais forem rejeitadas, o colegiado dará continuidade ao julgamento, com o Relator finalizando o seu relatório.

§ 4º - Na sessão de instrução e julgamento, após a apresentação do relatório, o Presidente do órgão julgante questionará os auditores sobre a necessidade de solicitar algum esclarecimento ou diligência, conforme previsto no CBJD.

§ 5º - Se algum auditor solicitar esclarecimento, este será prestado pelo Relator.

§ 6º - Diligências deferidas pelo colegiado e não cumpridas de imediato adiarão o julgamento para a sessão seguinte.

§ 7º - Após a conclusão do relatório, o Presidente da sessão perguntará às partes e à Procuradoria se desejam a produção de novas provas. Caso sejam aceitas, essas provas serão tomadas e produzidas na sessão.

§ 8º - Só poderá votar o auditor que tenha assistido ao relatório.

Seção I - Das Provas

Art. 47 - Todos os meios legais, ainda que não especificados neste regimento, são admitidos para provar a verdade dos fatos alegados no processo desportivo.

Art. 48 - Cabe à parte que requerer a prova arcar com os custos de sua produção.

Parágrafo único - Independem de prova:

I. Fatos notórios;

II. Fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;

III. Fatos admitidos no processo como incontroversos;

IV. Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

Art. 49 - A súmula, o relatório e demais informações prestadas pela equipe de arbitragem e pelos representantes da organização desportiva gozarão de presunção relativa de veracidade.

§ 1º - Essa presunção servirá de base para a formulação da denúncia ou como meio de prova, mas não constituirá verdade absoluta.

§ 2º - Se houver indício de infração praticada pelos responsáveis mencionados, a presunção de veracidade não se aplicará.

§ 3º - Em caso de discrepância entre as informações dos membros da arbitragem e dos representantes da organização desportiva, a presunção de veracidade recairá sobre as informações do árbitro para fatos ocorridos durante a disputa e sobre as dos representantes da organização desportiva para outros contextos.

Art. 50 - O ônus da prova da infração recairá sobre a Procuradoria nos processos disciplinares.

Art. 51 - As decisões disciplinares tomadas pela equipe de arbitragem durante a disputa de partidas, provas ou equivalentes são definitivas, não sendo passíveis de modificação pelos órgãos judicantes da Justiça Desportiva.

Parágrafo único - Em caso de infrações graves que tenham escapado à atenção da equipe de arbitragem, ou em caso de notório equívoco na aplicação das decisões disciplinares, os órgãos judicantes poderão, excepcionalmente, apenar infrações ocorridas na disputa de partidas, provas ou equivalentes.

Art. 52 - O auditor apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

Art. 53 - O auditor poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

Art. 54 - Durante a sessão de instrução e julgamento, após a apresentação do relatório, as provas deferidas serão produzidas na seguinte ordem:

- I. Documental;
- II. Cinematográfica;
- III. Fonográfica;
- IV. Testemunhal;
- V. Outras pertinentes.
- VI. Depoimento pessoal;

Seção II - Da Prova Documental

Art. 55 - Cabe à parte interessada produzir a prova documental necessária.

Art. 56 - O presidente do órgão julgante poderá, a requerimento motivado, ordenar a exibição de documento ou coisa necessária à apuração dos fatos.

Seção III - Dos Meios Audiovisuais

Art. 57- As provas audiovisuais, incluindo fotografias e vídeos, serão avaliadas com cautela, e as despesas de produção serão de responsabilidade da parte que as produzir.

Art. 58 - A produção de provas audiovisuais deve ser requerida até o início da sessão de instrução e julgamento.

Seção IV - Da Prova Testemunhal

Art. 59 - Toda pessoa pode ser testemunha, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas, conforme definido em lei.

§ 1º - São consideradas incapazes de depor:

- I. O interdito por enfermidade ou deficiência mental;
- II. Aquele que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo dos fatos, não podia discerni-los ou, ao tempo do depoimento, não está habilitado a transmitir suas percepções;
- III. Pessoa com menos de 16 (dezesesseis) anos;
- IV. O cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam.

§ 2º - São considerados impedidos de depor:

- I. O cônjuge, companheiro, ascendente, descendente em qualquer grau e colateral até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade ou afinidade, salvo se o interesse desportivo o exigir;
- II. A parte na causa;
- III. Aquele que intervém em nome de uma das partes, como tutor, representante legal, juiz, advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes.

§ 3º - São considerados suspeitos:

- I. O inimigo da parte ou seu amigo íntimo;
- II. Aquele que tiver interesse no litígio.

§ 4º - Testemunhas menores, impedidas ou suspeitas poderão ser admitidas, se necessário, com seus depoimentos sendo prestados sem compromisso, e o auditor lhes atribuirá o valor que possam merecer.

§ 5º - A testemunha não será obrigada a depor sobre fatos que possam acarretar grave dano a si mesma, ao cônjuge, companheiro ou parentes consanguíneos ou

afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ou sobre fatos que deva guardar sigilo em razão de estado ou profissão.

§ 6º - Antes de depor, a testemunha será qualificada, declarará ou confirmará seus dados e informará se possui relações de parentesco com alguma das partes ou se tem interesse no objeto do processo.

§ 7º - É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindo-lhe incapacidade, impedimento ou suspeição, podendo, caso a testemunha negue os fatos imputados, apresentar prova da contradita.

Art. 60 - O relator ouvirá as testemunhas separadamente, iniciando pelas da Procuradoria e depois pelas das partes, garantindo que uma não ouça o depoimento das outras.

Art. 61 - Ao início da inquirição, a testemunha prestará o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

Parágrafo único - O auditor advertirá à testemunha que incorrerá em sanção disciplinar desportiva prevista no art. 222 do CBJD quem prestar depoimento falso.

Art. 62 - As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, começando pela parte que a arrolou, não admitindo o auditor aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.

§ 1º - O auditor poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

§ 2º - As testemunhas devem ser tratadas com urbanidade, sendo vedadas perguntas ou considerações impertinentes, capciosas ou vexatórias.

§ 3º - As perguntas que o auditor indeferir serão transcritas no termo, se a parte o requerer.

Art. 63 - O depoimento poderá ser documentado por meio de gravação.

Seção V - Da Prova Pericial e Inspeção

Art. 64 - A prova pericial consistirá em exame e vistoria e será deferida pelo presidente do órgão judicante apenas quando necessária e justificada.

Art. 65 - O relator poderá promover inspeção para esclarecimento de fatos relevantes, registrando tudo em auto circunstanciado.

Seção VI - Do Depoimento Pessoal

Art. 66 - O presidente do órgão judicante pode, a requerimento da Procuradoria, da parte ou de terceiro interveniente, determinar o comparecimento da parte para ser interrogada sobre os fatos da causa.

§ 1º - O depoimento pessoal, incluindo o interrogatório do réu, deverá ser o último ato da instrução processual, assegurando que todas as outras provas sejam produzidas antes de sua realização.

§ 2º - A parte será interrogada conforme os procedimentos de inquirição de testemunhas.

Seção VII - Das Alegações Finais

Art. 67 - Concluída a fase instrutória com a produção das provas, será dado o prazo de no mínimo dez minutos e no máximo quinze minutos, sucessivamente, à Procuradoria e a cada uma das partes, para sustentação oral.

§ 1º - Quando duas ou mais partes forem representadas pelo mesmo defensor, o prazo para sustentação oral será de quinze minutos.

§ 2º - Quando houver apenas um defensor a fazer uso da palavra na tribuna, este poderá optar por sustentar oralmente antes ou após o voto do relator.

§ 3º - Em casos especiais, os prazos previstos neste artigo poderão ser prorrogados a critério do presidente do órgão julgante.

§ 4º - Quando houver terceiros intervenientes, o presidente do órgão julgante fixará o prazo para a sustentação oral, que ocorrerá após as das partes.

§ 5º - A ordem das sustentações orais será sempre iniciada pela Procuradoria. Em seguida, caso haja, sustentará o terceiro interessado e, por último, a defesa. Se houver mais de um réu, a defesa do primeiro denunciado será a primeira a apresentar a sustentação.

Art. 68 - Encerrados os debates, o presidente indagará dos auditores se pretendem algum esclarecimento ou diligência e, não havendo, prosseguirá com o julgamento.

§ 1º - Se algum auditor solicitar esclarecimento, este será prestado pelo relator.

§ 2º - Diligências deferidas e não cumpridas de imediato adiarão o julgamento para a sessão seguinte.

Da votação

Art. 69 - Após os votos do relator e do vice-presidente, os demais auditores votarão por ordem de antiguidade, sendo o presidente o último a votar.

Art. 70 - O auditor, ao proferir seu voto, poderá pedir vista do processo, e, se mais de um fizer o pedido, a vista será comum.

§ 1º - O pedido de vista não impedirá o julgamento na mesma sessão, após o tempo concedido pelo presidente.

§ 2º - Se a complexidade da causa justificar, o auditor poderá pedir vista por uma sessão, prorrogável por mais uma.

§ 3º - Reiniciado o julgamento, prosseguir-se-á na apuração dos votos, com possibilidade de revisão dos já proferidos; caso o julgamento seja retomado em outra sessão, as partes e a Procuradoria poderão fazer nova sustentação oral.

§ 4º - Nenhum julgamento será reiniciado sem a presença do relator.

Art. 71 - O auditor pode se manifestar até duas vezes sobre a matéria em julgamento.

Art. 72 - Imediatamente após a proclamação do resultado, e sob pena de preclusão, as partes, a procuradoria, os terceiros interessados ou o Presidente da Sessão poderão requerer a lavratura do acórdão. O Relator será responsável por redigir o voto, mesmo quando houver prevalência de voto divergente. Nessa

circunstância, o Auditor que tiver proferido o voto divergente vencedor também deverá redigir seu voto, para inclusão no acórdão.

§ 1º - O prazo para elaboração e devolução do acórdão à Secretaria será de até dois dias, contado da data da sessão de julgamento.

§ 2º - A Secretaria do TJD-LGF providenciará a publicação da decisão e a notificação das partes envolvidas no prazo de dois dias úteis após a devolução do acórdão.

Art. 73 - Incumbe à Secretaria do TJD-LGF:

I - Acompanhar os procedimentos e registrar as ocorrências;

II - Certificar, nos autos correspondentes, o resultado do julgamento;

III - Elaborar e publicar no site do TJD-LGF a Ata de Sessão de Instrução e Julgamento na qual serão consignadas, em resumo, todas as ocorrências, manifestações e solicitações de registro e o resultado dos julgamentos;

IV - Proceder à intimação das partes, da Procuradoria e, quando necessário, dos auditores e terceiros interessados;

CAPÍTULO IX - DO RECURSOS VOLUNTÁRIO

Art. 74 - O recurso voluntário poderá ser interposto pela parte, pela procuradoria ou por terceiro interessado que se considerar prejudicado por decisão de Comissão Disciplinar do TJD-LGF, no prazo de três dias, contados da ciência da decisão ou da intimação do acórdão.

Art. 75 – O conhecimento dos recursos interpostos perante o TJD-LGF ficará condicionado ao atendimento dos pressupostos de admissibilidade, incluindo a comprovação do recolhimento das custas processuais no prazo legal, sob pena de deserção.

§ 1º – A tabela de emolumentos será fixada por portaria do Presidente do TJD-LGF.

§ 2º – O exame de admissibilidade dos recursos é de competência do Presidente do TJD-LGF, incluindo a declaração de deserção.

§ 3º – Os recursos interpostos pela Procuradoria de Justiça Desportiva são isentos de taxas.

§ 4º - O relator poderá, caso julgue necessário, solicitar esclarecimentos adicionais das partes envolvidas.

§ 5º - As partes contrárias e/ou a Procuradoria serão intimadas para impugnam ou emitir Parecer, respectivamente, no prazo comum de três dias.

CAPÍTULO X - DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Art. 76 - O relator designado para o julgamento do recurso apresentará o relatório em sessão pública do Tribunal Pleno, expondo de forma clara e objetiva os fatos e os pontos de inconformidade apresentados pela parte recorrente.

Art. 77 - Após a apresentação do relatório, as partes terão oportunidade de sustentação oral, respeitando-se o tempo regimental de até 15 minutos para cada parte, incluindo o tempo destinado à Procuradoria de Justiça Desportiva.

§ parágrafo único - Encerrada a sustentação oral e eventual discussão pelos auditores, proceder-se-á à votação, observando-se o princípio do voto aberto e fundamentado.

I. O relator proferirá o primeiro voto, seguido pelo Vice-Presidente do órgão julgante.

II. Os demais auditores votarão em ordem de antiguidade.

III. O presidente do colegiado votará por último.

Art. 78 - Imediatamente após a proclamação do resultado, e sob pena de preclusão, as partes, a procuradoria, os terceiros interessados ou o Presidente da Sessão poderão requerer a lavratura do acórdão. O Relator será responsável por redigir o voto, mesmo quando houver prevalência de voto divergente. Nessa circunstância, o Auditor que tiver proferido o voto divergente vencedor também deverá redigir seu voto, para inclusão no acórdão.

§ 1º - O prazo para elaboração e devolução do acórdão à Secretaria será de até dois dias, contado da data da sessão de julgamento.

§ 2º - A Secretaria do TJD-LGF providenciará a publicação da decisão e a notificação das partes envolvidas no prazo de dois dias úteis após a devolução do acórdão.

Art. 79 - Das decisões do Tribunal Pleno cabe recurso para o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), nos casos previstos pelo CBJD, no prazo de três dias, contados da publicação da decisão no meio oficial.

Art. 80 - O recurso interposto contra a decisão do Tribunal Pleno seguirá o procedimento regimental, respeitando-se os requisitos de admissibilidade e os prazos previstos no CBJD.

Art. 81 - O cumprimento das decisões proferidas em sede recursal é obrigatório e deve ser executado pela parte interessada ou pela entidade responsável, sob pena de sanções previstas em lei e no CBJD.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 82 - Este regimento interno entra em vigor na data de sua publicação e deverá ser aplicado a todos os processos e procedimentos sob a jurisdição do Tribunal de Justiça Desportiva da Liga Gaúcha de Futsal.

Art. 83 - As normas deste regimento deverão ser interpretadas de forma a garantir o cumprimento dos princípios gerais do direito desportivo, especialmente os da celeridade, ampla defesa, contraditório, publicidade e imparcialidade.

Art. 84 - Casos omissos ou dúvidas na interpretação das disposições deste regimento serão resolvidos pelo Tribunal Pleno, conforme as disposições do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) e a legislação aplicável.

Art. 85 - As alterações deste regimento poderão ser propostas por qualquer auditor do Tribunal Pleno, desde que aprovadas por maioria absoluta dos membros.

Art. 86 - A divulgação do presente regimento será feita por meio eletrônico e em outros meios de comunicação apropriados, assegurando sua ampla publicidade e o conhecimento pelas partes interessadas e demais envolvidos no âmbito da justiça desportiva.

Art. 87 - Este regimento revoga todas as disposições anteriores em contrário.